



Cadernos de Negociação



Número 12 - Outubro/Novembro 2018

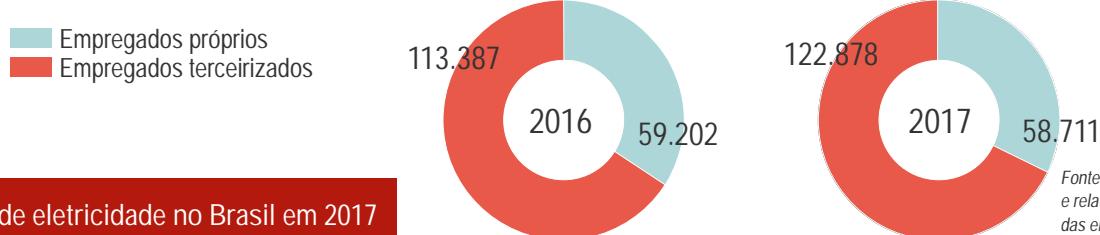
Mercado de Trabalho

Proporção de trabalhadores terceirizados no setor de distribuição de eletricidade alcança cerca de 70% da força de trabalho em 2017

O número de trabalhadores terceirizados no setor de distribuição de eletricidade no Brasil aumentou 8,4% entre 2016 e 2017, enquanto a quantidade de pessoal dos quadros próprios recuou 0,8%, de acordo com dados divulgados pelas maiores concessionárias do país. Na soma do emprego dos 10 maiores grupos de distribuição (que operam 31 concessionárias e atendem a 83% do mercado consumidor), a quantidade de terceirizados chegou a 122.878 (68%) e a dos trabalhadores do quadro próprio a 58.711 (32%), em 2017.

As informações demonstram elevada e crescente terceirização do setor e chamam a atenção pela discrepância com os dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho. Em 2017, foram registrados 75.912 vínculos no segmento de distribuição de eletricidade no Brasil, número bastante menor que o encontrado nas demonstrações desses grupos (181.589 empregados). Essa divergência aponta para possível falha de fiscalização e controle por parte das autoridades, inclusive da Aneel, sobre as empresas que atuam neste segmento, que é um serviço público e regulado.

Número de empregados próprios e terceirizados dos 10 maiores grupos de distribuição de energia - Brasil - 2016 e 2017



Distribuição de eletricidade no Brasil em 2017

Top 10 grupos de distribuição de eletricidade no Brasil	Capital majoritário/Controlador	Concessionárias de distribuição	Unidades consumidoras	Part. no total de unidades consumidoras
Enel	Enel - governo italiano (23%)	4	16.147.916	19,6%
Neoenergia	Iberdrola/Qatar Investment Authority (8%), BlackRock (3%)	4	13.579.398	16,5%
Cemig	Governo de Minas Gerais/Brasil	1	8.342.203	10,1%
Energisa	Energisa - Família Botelho/Brasil	9	6.128.666	7,4%
Equatorial	Squadra Investimento (14%), Opportunity (10%)/Brasil	2	5.030.242	6,1%
Copel	Governo do Paraná/Brasil	1	4.560.493	5,5%
Eletrobras	Governo Federal/Brasil	6	4.469.812	5,4%
Light	Cemig (26%) - Governo de Minas Gerais/BRasil	1	3.908.150	4,7%
EDP	Chine Three Gorges (23%) - Governo Chinês	2	3.376.088	4,1%
Celesc	Governo de Santa Catarina/Brasil	1	2.899.993	3,5%
TOTAL		31	68.442.961	83%

Fonte: Aneel e demonstrações financeiras das empresas

Elaboração: DIEESE

Obs.: O Grupo CPFL, terceiro maior em termos de consumidores atendidos, não foi considerado por não apresentar o número de trabalhadores por concessionária. Também não há informações sobre os terceirizados neste grupo. O número de empregados da Cemig foi estimado com base nas últimas informações disponibilizadas pela Fundação Cogef, já que os dados apresentados pela empresa não refletem a terceirização presente na atividade fim.

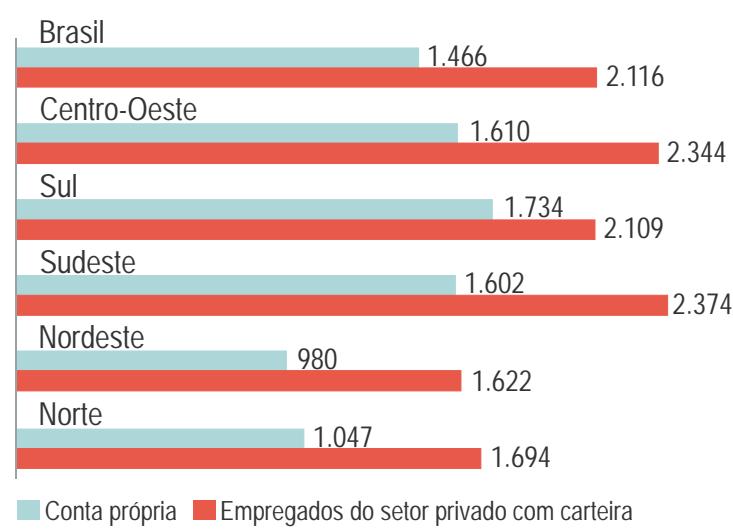
Construção civil: conta própria ganha apenas 69% do que recebe trabalhador com carteira assinada

Diminuiu 11,5%, nos últimos dois anos, o número de trabalhadores na construção: passou de 7,4 milhões para 6,6 milhões (entre os segundos trimestres de 2016 e de 2018). Desse total, apenas 24% são empregados com carteira assinada no setor privado, enquanto a maioria (51%) é trabalhador por conta própria.

O rendimento mensal dos que têm carteira apresentou ganho real nos últimos dois anos, de 8,2%, e atingiu R\$ 2.116. Já o do trabalhador por conta própria ficou praticamente estável, em R\$ 1.466, cerca de 69% do que recebe o com carteira assinada.

Regionalmente, os trabalhadores com carteira assinada têm maior rendimento no Sudeste e os conta própria no Sul.

Rendimento médio real dos empregados com carteira no setor privado e do por conta própria na construção 2º trimestre de 2018 (em R\$)



■ Conta própria ■ Empregados do setor privado com carteira
Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Greves

Trabalhadores da construção em luta

De setembro de 2017 a agosto de 2018, os trabalhadores da construção realizaram 43 greves, segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE).

A exigência de regularização dos vencimentos em atraso (salários, 13º ou férias) foi a reivindicação mais frequente, motivo de quase metade (46%) das mobilizações.

Além dos atrasos nos pagamentos, os trabalhadores demandam também melhores condições

de trabalho e segurança (16% das greves), denunciam irregularidades nos procedimentos de contratação ou demissão (9%) e queixam-se em relação ao fornecimento de EPIs (9%).

Por outro lado, itens de caráter propositivo não estão ausentes. Os trabalhadores também exigiram o pagamento do auxílio alimentação e do plano de saúde (37% das greves), do reajuste salarial (28%) e da Participação nos Lucros e Resultados - PLR (23%).

Principais reivindicações dos trabalhadores na construção
Brasil - setembro de 2017 a agosto de 2018



Fonte: DIEESE. Sais

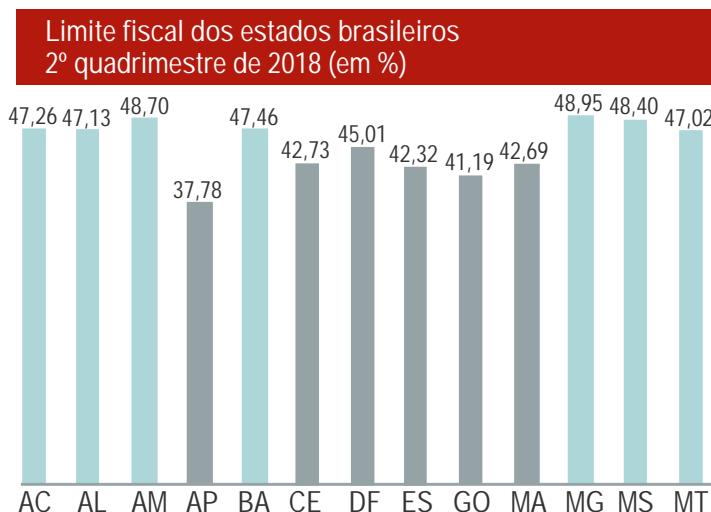
Obs.: A soma das linhas pode ser superior ao total, pois uma greve pode ter diversas motivações

Indicadores Econômicos

Limite fiscal dos Estados

Entre setembro de 2017 e agosto de 2018, o percentual de gasto com pessoal ficou acima do limite prudencial em 14 estados. Em Tocantins e Roraima, ultrapassou o patamar máximo. No ano passado, no mesmo período, eram 10 estados acima do limite e três que já tinham extrapolado o ápice.

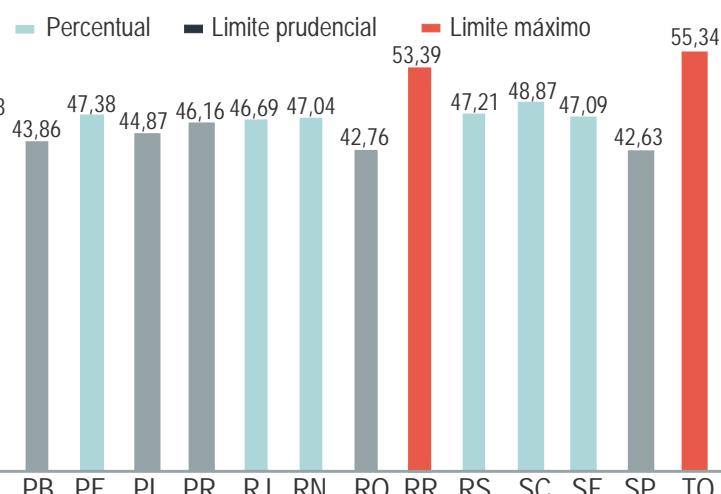
A receita corrente líquida apresentou aumentos na maioria dos estados (19 unidades da Federação) na comparação com o 2º quadrimestre



Obs.: Os dados referentes ao 2º quadrimestre de 2018 do Rio Grande do Norte não foram homologados até a data da pesquisa

de 2017. Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso registraram os maiores aumentos. Apenas sete Estados tiveram queda da receita líquida: SE, MG, RO, AC, TO, AL e RR. Já a despesa total com pessoal cresceu, principalmente, em sete estados (AP, BA, AM, GO, MS, MA e RR) e apresentou quedas em cinco (PI, AC, AL, PB e RJ).

O limite prudencial para os estados é de 46,55% e o patamar máximo chega a 49,00%.



Negociação Coletiva

Os dados do ano mostram mudança no quadro dos reajustes a partir de julho, mês em que o percentual de correções salariais abaixo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ficou perto de 1/3 das negociações. Em agosto, chegou a 1/4 e, em setembro, retornou para 1/3.

Distribuição dos reajustes salariais e variação real média dos reajustes, em comparação com o INPC-IBGE, segundo data-base - Brasil, 2018 (em %)

Data-base	Acima	Igual	Abaixo	Var. real média	Total (nº reaj.)
Jan	68,9	15,9	15,2	0,75	2.164
Fev	85,5	9,7	4,8	0,95	518
Mar	84,2	12,4	3,4	0,97	1.060
Abr	80,6	9,4	10,0	1,10	501
Mai	84,9	12,8	2,3	1,09	3.044
Jun	92,9	4,0	3,2	1,21	502
Jul	42,7	22,1	35,2	0,37	335
Ago	49,4	25,3	25,3	0,35	83
Set	61,1	5,6	33,3	0,67	72
Total	78,6	13,1	8,3	0,94	8.279

Distribuição dos reajustes salariais e variação real média dos reajustes, em comparação com o INPC-IBGE, segundo categorias Brasil, 2018 (em %)

Categoria	Acima	Igual	Abaixo	Var. Real média	Total (nº reaj.)
Alimentação	75,1	15,9	9,0	0,82	736
Comerciários	73,8	14,9	11,2	0,82	455
Construção e mobiliário	84,3	9,2	6,6	1,04	883
Metalúrgicos	80,6	10,9	8,5	1,46	247
Papeleiros	64,9	18,9	16,2	0,72	37
Prof. e aux. adm escolar	67,0	31,3	1,6	1,77	182
Químicos	68,6	29,0	2,4	0,88	210
Serviços de saúde	83,5	8,3	8,3	1,02	363
Transportes	86,5	9,0	4,4	0,92	1.464
Urbanitários	62,8	25,6	11,5	0,90	78
Vigilantes	84,7	9,7	5,6	0,86	124

Fonte: MTb. Mediador Elaboração: DIEESE



Ultratividade: entidades conseguem manter o princípio, mesmo com a Reforma Trabalhista

A ultratividade é uma norma, garantida por meio de interpretação do Tribunal Superior do Trabalho, em 2012, que dava segurança ao trabalhador, permitindo que, enquanto não houvesse novo acordo, o anterior permaneceria em vigor. O entendimento ficou explícito na Súmula 277. Segundo o TST, "as cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho". Em 2016, o ministro Gilmar Mendes, do Superior Tribunal Federal, suspendeu as decisões da Justiça do Trabalho que discutiam a aplicação da ultratividade. Antes de o mérito ser julgado, a Reforma Trabalhista, em 2017, acabou com o princípio. Alguns sindicatos, no entanto, têm conseguido a ultratividade nos instrumentos coletivos de trabalho.

Exemplos de cláusulas

Exemplo 1

A EMPRESA se compromete a aplicar a Ultratividade do ACT 2018 até que sejam fechados os novos acordos, reconhece a legitimidade do SINDICATO para negociações e tratativas junto à empresa, se compromete a comunicar eventuais alterações decorrentes da reforma trabalhista e a enviar mensalmente o CAGED.

Exemplo 2

Com o objetivo de adequar as Negociações Coletivas a Legislação vigente, em especial à Prevalência do Negociado sobre o Legislado, previsto na Reforma Trabalhista, através da Lei 13.467 de 13 de julho de 2017, pactuam as partes a Celebração do presente Instrumento Coletivo de Trabalho da Categoria que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo expostas e na falta de renovação do presente instrumento coletivo aplicar-se-á o PRINCIPIO DA ULTRATIVIDADE, pelo prazo que persistirem as negociações/ entendimentos.

Preços

ICV por estrato de renda	Setembro 2018 (%)	12 meses
Taxa geral	0,55	4,52
ICV estrato 1	0,41	4,45
ICV estrato 2	0,53	4,40
ICV estrato 3	0,59	4,64

Fonte: DIEESE

ICV - Índice Geral	2018 (%)
Alimentação	2,09
Alimentação fora do domicílio	4,43

Inflação de setembro e projeção para outubro, novembro e dezembro de 2018

Índices de inflação	Mensal set/2018	12 meses out/2017 a set/2018	Projeção de inflação		
			nov/2017	dez/2017	jan/2018
ICV geral	0,55%	4,52%	3,97%	4,17%	4,21%
INPC	0,30%	3,97%	3,95%	4,12%	4,18%
IPCA	0,48%	4,53%	4,49%	4,52%	4,41%

Fonte: DIEESE; IBGE

Cesta Básical Nacional de Alimentos - Setembro de 2018		
Maior valor	Florianópolis	R\$ 435,47
Menor valor	Salvador	R\$ 315,86
Maior alta - no mês	Campo Grande	5,24%
Maior taxa negativa - no mês	Goiânia	-2,31%
Salário Mínimo Necessário (SMN)		R\$3.658,39
SMN em relação ao salário mínimo		3,83
Salário mínimo		R\$ 954,00

Fonte: DIEESE

Em setembro de 2018, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica foi de 85 horas e 35 minutos.



Em setembro, o custo da cesta básica diminuiu em 10 das 18 capitais onde a pesquisa é realizada. Os produtos que apresentaram redução de preço na maior parte das cidades foram: batata, leite integral, tomate e açúcar. Já farinha de trigo, arroz agulhinha e o pão francês tiveram alta de preços entre agosto e setembro.